

Exmo. Sr. Conselheiro HAMILTON COELHO

2º Câmara do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Proc. Denúncia nº: 1.024.442/2017

CLEITON ALEXANDRE DA SILVA, já qualificado, vem nos autos referidos, prestar as informações requisitadas, com os respectivos documentos, o fazendo nos termos seguintes:

SÚMULA FÁTICA:

Trata-se de denúncia oferecida por servidor aposentado, sobre atos administrativos ocorridos em 2013, sobre suposto pagamento irregular de fornecimento de Marmitex.

Cumprе esclarecer, que o denunciante, inimigo declarado dos denunciado, motivo pelo qual fez diversas e improcedentes denúncias de intuito unicamente "politiqueiro".

Em verdade, age em ação de puro rancor, pelo fato de o servidor denunciado, ter sido vereador e debater na Câmara a irregularidade da situação funcional do denunciante, tendo inclusive, representado contra o denunciante junto a OAB-MG, e por ação criminosa, onde figura Antônio Caetano Neto, como denunciado pelo Ministério Público em ação penal em curso.

Não bastasse os fatos já expostos, o objeto da denúncia, já foi móvel de provocação do Ministério Público, bem como Ação Civil de Improbidade, movida pelo Município de Biquinhas quando o autor era procurador do Município 2013/2016, autos nº **0435.13.0010133**.

De sorte, é que não há nos atos atacados, qualquer irregularidade, o que comprovamos pelos documentos anexos.

COMPROVAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MARMITEX:

Necessário informar que a aquisição de Marmitex no mandato do Sr. Cleiton era legal e observava a legislação pertinente, tanto que após a mudança de gestão 2013, após as Eleições Suplementares continuou-se adquirindo os Marmitex da empresa Restaurante e Lanchonete Vovó Cici Ltda.

Devemos ressaltar que a aquisição de maior quantidade de Marmitex foi realizada pelo Prefeito Sr. Carlos Alberto, e não há época de seu genro (Cleiton Alexandre da Silva) como tenta manipular o denunciante, o que, por si só faz cair por terra alegação tendenciosa do requerente.

Nos causa espanto, a imensa vontade do denunciante em macular a imagem do ex-prefeito Cleiton Alexandre, vez que o mandato eletivo do Sr. Carlos Alberto, e consequente nomeação do Assessor Jurídico Sr. Antônio Caetano Neto deu-se em 2013, porquê somente levar a conhecimento deste Tribunal de Contas a denuncia em 2017, vez que como procurador sempre teve livre acesso aos documentos.

O Empenho foi realizado em acordo com a legislação não há que se falar em ilegalidade, menos ainda em Improbidade Administrativa.

A alimentação adquirida e discriminada na Nota de Empenho nº 01811, nota fiscal nº 000.000.013, em que o denunciante leva em conta somente a descrição do histórico do empenho tem como elementos fáticos as despesas realizadas nos meses de janeiro a abril de 2013, sendo incluídas as despesas da alimentação dos policiais que mantinham a segurança nos dias 04,06 e 07 de abril.

Em acordo com a declaração feita pela servidora Brenda (documento anexo) que fez o histórico do Empenho, foi esclarecido que o histórico foi muito resumido, ou seja, na descrição a servidora mencionou somente as últimas notas fiscais.

Destacamos que o Restaurante e Lanchonete Vovó Cici Ltda era o único estabelecimento comercial apto a emitir Nota Fiscal Eletrônica até a data de 19/04/2013. O que impossibilita a aquisição de outros fornecedores, e mais uma vez comprova a legalidade dos atos praticados.

DOS DOCUMENTOS UTILIZADOS NO PROCESSO 0435.13.00010133:

Mister destacar, que o intuito de prejudicar o sr. Cleiton a qualquer custo é tão grande que o denunciante até mesmo se esquece das suas obrigações para com o Poder Público.

As fls. 10/11 dos autos o Procurador Antônio Caetano Neto e Prefeito Carlos Alberto juntaram a via Original da Nota de Empenho 018110 - Odinário, Ficha 00045, Exercício 2013. Referente a Requisição de Compra 900259, documento que deveria estar nos arquivos do órgão público.

Em acordo com o Artigo 1º da Lei 8.159/91 é dever do Poder Público a gestão documental, ou seja, a proteção de documentos de arquivos.

Dispõe o artigo Art. 7º, que *"os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias"*.

Bem como no seu art. 8º, §3º, tipifica o que **são arquivos permanentes e que devem ser definitivamente preservados por seu valor probatório**, claro é que as Notas de Empenho são documentos de valor probatório e que devem ser permanentemente preservadas, sendo inalienáveis e imprescritíveis, e podendo ser consultadas sempre que necessário.

O que por intuito meramente "politiqueiro" os senhores acima mencionados descumpriram, assim, requer que seja o denunciante responsabilizado, em acordo com o artigo 25 da Lei supramencionada.


Art. 25 - Ficarà sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente ou considerado como de interesse público e social.

CONCLUSÃO:

Ex positis, Eminentíssimo Conselheiro relator, se encaminha os esclarecimentos necessários para comprovar a legitimidade de sua conduta como prefeito interino, pede o arquivamento da presente denuncia vez que os fatos já são objeto de apuração nos autos nº 0435.13.0010133, junto a Comarca de Morada Nova de Minas, bem como requer a responsabilização do denunciante pelo extravio de documento público.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Biquinhas, 11 de setembro de 2020.


CLEITON ALEXANDRE DA SILVA
CPF: 049.953.996-66